## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

. DE 2025.

(Do Sr. Gustavo Gayer)

Requer informações ao Senhor Ministro da Defesa, sobre designação de oficiais-generais adidos como de defesa República Popular da China. conforme disposto no Decreto nº 12.480/2025.

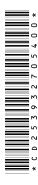
Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, §2°, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, e após deliberação desta comissão, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Defesa, sobre a designação de oficiais-generais como adidos de defesa na República Popular da China, conforme disposto no Decreto nº 12.480/2025.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Quais foram os fundamentos técnicos, estratégicos e diplomáticos considerados para a designação de oficiais-generais como adidos de defesa na China?
- 2- Qual a previsão legal ou normativa que respalda o envio de oficiais de alta patente para esse tipo de missão diplomáticomilitar?
- 3- Houve avaliação quanto a parceira com os EUA, na capacitação contínua aos militares brasileiros? Como o ministério avalia o futuro dessa parceira?





- 4- Qual a estrutura funcional e de comando a que estarão subordinados esses oficiais na Embaixada brasileira em Pequim?
- 5- Existe avaliação prévia de risco, parecer técnico ou estudo de impacto elaborado pelo Ministério da Defesa antes da edição do Decreto nº 12.480/2025? Em caso afirmativo, solicita-se cópia integral desses documentos.
- 6- O envio desses oficiais foi precedido de articulação com autoridades militares ou diplomáticas dos Estados Unidos? Como está a relação das instituições com os EUA, que fornece capacitação contínua aos militares brasileiros?
- 7- Qual o custo estimado anual com a manutenção desses oficiais na China, incluindo salário, diárias, hospedagem, estrutura de apoio e segurança? Favor enviar planilha com todos os custos.
- 8- Há previsão de abertura de novos postos militares permanentes em outros países fora do eixo tradicional de parcerias estratégicas do Brasil?

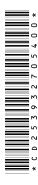
Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Defesa entenda como pertinentes, sobre o tema.

## **JUSTIFICAÇÃO**

No exercício de sua missão constitucional de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, o Congresso Nacional deve atentar-se a medidas que representem inflexões significativas na política de defesa e segurança nacional.

A recente publicação do Decreto nº 12.480/2025, que determinou o envio de dois oficiais-generais — um do Exército e outro da Marinha — para exercerem funções como adidos militares em Pequim, configura um fato inédito





na história diplomático-militar brasileira e suscita relevantes questionamentos sobre seus fundamentos, implicações e impactos geopolíticos<sup>1</sup>.

A designação de oficiais de mais alta patente para missões no exterior rompe com a prática tradicional de se nomear oficiais de patente intermediária para atuação como adidos de defesa, o que, até então, refletia o princípio da neutralidade diplomática brasileira e a busca pelo equilíbrio entre as nações em disputa estratégica no cenário internacional.

A decisão torna-se ainda mais sensível por se tratar da República Popular da China — país que, embora parceiro comercial relevante, mantém um regime autoritário e está envolvido em intensa disputa por influência global com potências democráticas ocidentais, especialmente os Estados Unidos.

Neste contexto, a elevação do nível da presença militar brasileira em território chinês pode sinalizar um realinhamento geopolítico não debatido com o Parlamento nem com a sociedade brasileira, expondo as Forças Armadas a riscos diplomáticos, institucionais e ideológicos.

Além disso, é essencial esclarecer os critérios técnicos e estratégicos que orientaram essa decisão, os custos envolvidos para o erário, a cadeia de comando a que esses militares estarão subordinados e os eventuais estudos ou pareceres prévios elaborados pela pasta. O princípio da transparência exige que todos esses dados sejam disponibilizados ao Congresso Nacional, em respeito à sua função constitucional de controle externo.

A singularidade e o simbolismo dessa nomeação tornam imprescindível que o Ministério da Defesa esclareça os objetivos estratégicos da medida, sua compatibilidade com a política nacional de defesa e seu alinhamento com os interesses soberanos do Estado brasileiro.

Por todo o exposto, em um cenário internacional cada vez mais instável, qualquer sinalização que possa ser interpretada como alinhamento com blocos autoritários deve ser precedida de ampla avaliação institucional e respaldo democrático.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://www.folhadestra.com/brasil-envia-generais-para-morar-na-china-e-levanta-guestionamentos/





Sala das Sessões, de de 2025.

## Deputado **GUSTAVO GAYER** *PL/GO*

